

Programa Direito ao Futuro na Paraíba

Uma carta de compromisso e de amor ao povo paraibano

Companheiras, companheires e companheiros,

Apresentamos para a Paraíba nosso empenho em sonhar o futuro sintetizado nesse programa. Depositamos nossas esperanças de que seja possível construir uma sociedade mais justa, menos violenta para as mulheres e pessoas em vulnerabilidade social, que combata o racismo em suas estruturas, que discuta o respeito e lute por direitos.

Vivemos hoje a urgência de retomar o caminho da democracia, de afirmar nossas propostas e compromissos político com o bem estar da população, com a luta por direitos e com a derrota do fascismo e da política de morte chefiada pelo Bolsonaro e seus seguidores. Nossa tarefa é construir o futuro. Um futuro comum para homens e mulheres que também proteja e reverencie nossa ancestralidade, nosso meio ambiente e nosso povo, em toda a sua diversidade.

O programa DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA é nossa contribuição como compromisso para esse momento eleitoral em que afirmamos nossa posição no campo de esquerda e progressista na luta por um estado que nos represente, defendendo os interesses da população, e se liberte das oligarquias. Como também na afirmação de onde nos situamos na luta: ao lado da classe da trabalhadora, da população negra, das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ da nossa Paraíba. Aqui nos posicionamos por **construir o poder popular** que vai muito além das urnas.

Esse é o resultado de um trabalho a muitas e diversas mãos. Um programa que traduz um sonho, ou muitos sonhos, que podem e se tornarão realidade com a luta de todas e todos nós que construímos a esquerda revolucionária em nosso estado e nos rebelamos, com inteligência, mobilizando nossa vontade e coragem de mudar.

Um programa que também é um convite à população da Paraibana para unir forças contra as oligarquias, contra a permanência no poder de quem sempre explorou e massacrou o povo, contra quem promove discursos de ódio, contra quem financia a fome e quem golpeia nossos direitos.

Vamos à luta pela Paraíba que queremos!

Federação PSOL-REDE em coligação com Unidade Popular (UP)

Ano 2022



I. ORÇAMENTO E LIBERDADE: ONDE O DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA COMEÇA

As propostas apresentadas pelo PSOL como forma de direcionar os recursos arrecadados pelo estado para efetivo desenvolvimento social e econômico, tendo como objeto o orçamento público estadual, qual sejam, PPA-Plano Plurianual, LDO-Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA-Lei Orçamentária Anual, tem reflexo direto no dia a dia da população. Delas derivarão um serviço público de qualidade, investimentos e expansão dos projetos sociais, sobretudo, para as camadas mais carentes da população. Essas propostas e os consequentes direcionamentos dos recursos surgiram nos momentos de embate entre sindicatos e associações de trabalhadores do serviço público do Estado por meio do Fórum dos Servidores do Estado da PB com os governos de plantão.

Nesse contexto, todos nós fazemos o seguinte questionamento: há dinheiro para as demandas apresentadas pela população? Por que todos os governos anteriores apresentaram péssimos índices sociais e econômicos e colocam isso na conta da falta de recursos? A resposta é simples: a prioridade dos recursos arrecadados não atende as necessidades da população em geral, mas a de grupos bem restritos e abastados, observando as conveniências políticas.

Percebemos que o orçamento paraibano proposto ao longo das últimas gestões não apresenta qualquer diferença em suas finalidades, ou seja, apresentam o mesmo formato em sucessivos governos. Qual seja: estar direcionado para a satisfação das necessidades das elites econômicas e políticas da Paraíba, sem compromisso algum em apontar saídas para a superação do atraso social e econômico que assola nossa região há décadas.

Sendo assim, como contraponto à tradição política oligárquica, elencamos eixos importantes que nos propomos modificar na peça orçamentária, como a seguir.



DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

A previsão para 2022 em relação ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública do estado da Paraíba chega ao montante de R\$ 439 milhões. Deduzimos, portanto, que entregamos o equivalente a aproximadamente um mês do valor do principal imposto que o estado arrecada (ICMS) e destinamos para a dívida pública. Para um estado pobre como a Paraíba, esses valores são excessivamente pesados. Se devidamente aplicados, supririam a falta de recursos em vários setores essenciais, principalmente em educação, saúde e segurança pública.

No governo do PSOL, será instituída imediatamente uma equipe composta por representantes do governo, movimentos sociais, sindicatos e associações dos trabalhadores, dos poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da UEPB, da OAB, da API, e outras instituições da sociedade civil organizada, com o objetivo de efetivar uma AUDITORIA DA DÍVIDA DO ESTADO DA PARAÍBA, para que haja esclarecimento e diagnóstico sobre sua origem, perfil e montante. O resultado desse trabalho será encaminhado, em conjunto com outros estados com o mesmo perfil da Paraíba ao Governo Federal para renegociação desse montante e reordenamento dos respectivos vencimentos com o objetivo de dar folga financeira ao caixa do governo estadual, para que o estado novamente possa suprir as demandas da sociedade, redefinindo prioridades.

INVESTIMENTO EM ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Atualmente, todas as secretarias vêm passando por cortes de gastos em seus orçamentos e execuções orçamentárias, reflexo, claro, da atual conjuntura econômica que impede um incremento substancial na arrecadação de tributos. Mas também, somado a esse quadro de crise, o atual governo mostra total falta de interesse em priorizar o bom funcionamento de órgãos que fomentariam essa arrecadação. O Fisco deve ser prioridade, pois é órgão imprescindível para o aumento da arrecadação, essência de seu trabalho. Sem uma Administração Tributária bem estruturada e motivada, a tentativa de aumento de arrecadação fica prejudica e trabalha aquém das suas potencialidades.



Além do Fisco, vamos dar prioridade à Procuradoria-Geral do Estado, pois ela é importante elo na defesa dos interesses do Estado no que diz respeito, não apenas às questões tributárias, mas em relação aos litígios com a sociedade que também representam valores significativos.

Outro órgão que terá prioridade em nosso governo será a Controladoria Geral do Estado-CGE, pois ele tem papel importante no controle e fiscalização dos gastos. Ele é imprescindível para detectar a lisura, a eficiência e o registro das formulações e execuções orçamentárias. É uma peça chave para que o Poder Executivo e a sociedade acompanhem e controlem a complexa execução do orçamento, para isso a transparência é um elemento imprescindível para construir mecanismos para que a sociedade possa efetivamente fiscalizar e controlar as contas públicas. Esses três órgãos terão prioridade no sentido de restabelecer os valores do custeio e do investimento a patamares que supram as demandas de suas máquinas, defasadas desde 2011.

RENÚNCIA FISCAL

Sobre este eixo cabe explicar que a implementação de políticas de renúncias fiscais no Brasil tem gerado um prejuízo enorme ao orçamento dos estados. Com justificativa de atrair empresas para seus estados e assim, gerar postos de trabalho e crescimento econômico, os governos têm concedido indiscriminadamente, benefícios fiscais, resultando em grave perda de parte significativa das receitas, sobretudo as do setor terciário, ou seja, comércio e serviços.

Na Paraíba, essa política toma contornos que beiram a irresponsabilidade. A previsão para 2023 é de que a renúncia atinja o patamar de R\$ 3 bilhões. Todo esse recurso fica no caixa de grandes empresas, inclusive do comércio, e não agrega valor para a economia local. Outro impacto reside na oferta de empregos precários e mal remunerados. Os recursos renunciados poderiam ser empregados em nossa infraestrutura, com reflexos bastante positivos no atrativo de investimentos industriais para agricultura do estado, por exemplo, fomentando um dinamismo muito maior para a economia local. A escolha por benefícios somente as grandes empresas deixa totalmente





PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL - 2022
DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA
GOVERNADORA: ADJANY SIMPLICIO - 50
CO-GOVERNADOR (Vice): JARDEL QUEIROZ

desassistidas as pequenas e médias empresas que geram cerca de 80% dos empregos disponíveis no estado. Portanto, não existe nenhuma transparência nessas concessões, todas feitas nos gabinetes das secretarias sem a discussão na assembleia legislativa e, conseqüentemente, sem o conhecimento da sociedade, contrariando dispositivos constitucionais que tratam do assunto.

Os municípios também perdem muito com essa política desastrosa. Como deixa de entrar nos cofres públicos do estado R\$ 3 bilhões, 25% desse montante também não entraram nas contas dos municípios (R\$ 750 milhões), deixando de circular recurso essencial para o desenvolvimento dessas localidades, pois 90% dos benefícios são concedidos para grandes empresas da capital, cidades circunvizinhas e Campina Grande, gerando um desequilíbrio na economia.

Para implementar o DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA a transparência será total. Todos os benefícios concedidos serão expostos para a sociedade na concretização de sua relevância econômica. A sociedade precisa saber quais empresas, quantas indústrias, quantos comércios, seus tamanhos, se estão gerando o emprego acordado e a qualidade dele e se os investimentos correspondem ao prometido. Não podemos deixar que empresários alcancem seu enriquecimento e levando 14% do orçamento público em detrimento do desenvolvimento econômico e social do estado. Por isso todos os esforços necessários serão realizados pelo Governo do PSOL para a criação de ferramentas ampliem a participação coletiva (redes sociais, televisão, rádio), pois a participação cidadã nas decisões políticas econômica é fundamental para que a sociedade paraibana se liberte da herança oligárquica e autoritária como prática comum. Dominar o orçamento é começo dessa libertação, o primeiro passo para o direito ao futuro.



II. SEGURANÇA PÚBLICA

Vivenciamos uma crise sem precedente no sistema de segurança pública, caracterizada pelo acirramento dos conflitos que resultam na violência urbana e no extermínio da juventude negra. O poder público tem investido na militarização das forças policiais, numa verdadeira guerra contra a população da periferia, de que a intervenção federal no Rio de Janeiro é símbolo máximo. De outro lado, essa forma de conceber a segurança pública desrespeita as/os trabalhadoras/es do setor, que têm as suas condições de trabalho bastante precarizadas e são desrespeitados em direitos básicos, e fere diretamente os princípios dos direitos humanos e a concepção de democracia.

Reconhecer e comemorar redução dos Crimes Violentos Contra a Vida (CVLIs) deve ser acompanhado pelo reconhecimento dos agentes responsáveis por essa meta, os/as profissionais da segurança pública e também da busca constante para que a Paraíba saia dos piores índices no que diz respeito ao homicídio de mulheres, pessoas LGBTQIAPNs e juventude negra.

A Paraíba, embora apresente algumas conquistas em poucas estruturas físicas, pouco destoa do quadro nacional. É preciso mudar radicalmente a maneira de compreender a segurança pública, e sabemos que esta mudança precisa ser acompanhada de outras mais profundas em questões estruturantes da sociedade brasileira e paraibana – como a garantia do direito ao trabalho, à educação, à saúde, ao lazer, à moradia etc. Ainda assim, acreditamos que é possível avançar em busca de uma política de segurança eficiente e inclusiva, que promova uma cultura de paz e de justiça social.

Outro grande desafio hoje é a violência cada vez crescente no setor rural, sob o formato de assaltos, roubos e assassinatos. Em muitos municípios é visível o abandono das propriedades rurais pelos agricultoras/es familiares, que emigram para as cidades motivados pela ausência de respostas para a violência.

Algumas de nossas propostas são:

1. Combater a criminalização dos movimentos sociais, porque lutar por direitos não é crime;
2. Promover a autonomia administrativa e financeira na Polícia Civil para aprimoramento institucional,



4. desvinculação política e maior autonomia nas investigações, garantindo a conclusão da implementação do processo de descentralização administrativa e financeira da PCPB.
3. Envolver as categorias investigativas no Conselho Gestor da Polícia Civil; a MP 310 que Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do Grupo Ocupacional de Polícia Civil – publicada em 01.07.2022 alterou o termo categoria investigativa para carreira investigativa).
4. Priorizar investimentos no setor de inteligência na Segurança Pública como estratégia preventiva de crimes.
5. Reconhecimento e valorização dos Agentes penitenciários, Policiais Militares e Cíveis como servidoras/es do Estado, muitas vezes vitimados em seus direitos humanos;
6. Promover justiça Salarial às/aos Profissionais da Segurança Pública, retirando Agentes Penitenciários/os e Policiais Cíveis da marca de pior salário do país, e que perdem até 50% da remuneração em caso de aposentadoria/afastamento por acidente de trabalho; Cumprir o que diz a Constituição Federal sobre o pagamento de Policiais Cíveis por meio de Subsídio; garantir o pagamento de hora extra constitucional e de adicional de risco de vida igualitário às/aos demais profissionais da Segurança Pública.
7. Fortalecer a Ouvidoria da Polícia e promover a apuração de denúncias de violência policial;
8. Realizar a revisão da Lei Orgânica da Polícia Civil e a reestruturação da carreira no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do Grupo Ocupacional de Polícia executando a valorização da remuneração alcançando a média de remuneração das policiais cíveis do Nordeste, incluindo a institucionalização da carreira única e ampliação do GEMOL como parte desse processo;
9. Fortalecer os direitos humanos das mulheres e a igualdade de gênero no interior das corporações policiais de forma a garantir a ascensão aos cargos de comando pelas mulheres;



10. Promover a formação em direitos humanos com agentes de segurança e instituir programas de Justiça Restaurativa e mediação de conflitos nas delegacias e associações comunitárias e ações de enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional;
11. Possibilitar as condições necessárias para realização imediata de concurso público para os profissionais da Segurança Pública e nomeação de aprovadas/os nos concursos em aberto.
12. Democratizar a Polícia Militar com fim das prisões administrativas, violação dos direitos das/os policiais e decisões colegiadas na gestão.
13. Atuar para que o estado da Paraíba alcance as metas estabelecidas no PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL 2021-2030 – Lei nº 13.675 de junho 2018 - desenvolvendo os princípios estabelecidos no art. 4º e as diretrizes descritas no art. 5º;
14. Garantir a integração de dados respeitando o estabelecido pelo Sistema Único de Segurança Pública-SUSP.
15. Promover ações que melhorem a qualidade de vida dos agentes de segurança e o enfrentamento à criminalidade violenta.
16. Efetivar o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.
17. Designar a polícia de inteligência para atuar no meio rural, como forma de identificar grupos envolvidos em delitos e coibir ações violentas.
18. Implantar urgentemente o policiamento rural equipado de automóveis, motos e cavalaria apropriados ao deslocamento em acessos difíceis para inibir a criminalidade, oferecer rapidez nas respostas às ocorrências e o fortalecimento do controle social através das organizações que atuam no meio rural ou conselhos comunitários.



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL - 2022
DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA
GOVERNADORA: ADJANY SIMPLICIO - 50
CO-GOVERNADOR (Vice): JARDEL QUEIROZ

19. Efetivar mecanismos de fiscalização e aplicação da lei contra discriminação e injúria racial e racismo religioso, acompanhamento jurídico e ações educativas de combate ao Racismo nos casos de agressão, constrangimento e violação de direitos das pessoas negras.



III. EDUCAÇÃO PÚBLICA: HORIZONTE PARA UMA PARAÍBA INCLUSIVA, ATIVA NO COMBATE AS VIOLÊNCIAS E NA AMPLICAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.

Hoje vivemos o congelamento de recursos para a educação, atingido pela Emenda Constitucional 95/2016 que limita os gastos públicos por 20 anos. Falta de recursos para formação de professoras/es e para a estrutura das escolas nos diferentes níveis de ensino. Outro importante marcador advindo da gestão do MEC expressa-se nos vários esquemas de corrupção, deslegitimação da pesquisa e da ciência e o próprio processo de criminalização e sucateamento das instituições de ensino e do desrespeito às decisões das comunidades acadêmicas pelo país na indicação de reitoras/es prevalecendo as intervenções.

Enfrentamos também a utilização das escolas como “cabide de empregos” o que vulnerabiliza tanto a qualidade do ensino quanto as relações e a valorização do trabalho de prestadoras/es de service. Aliada a essa situação estamos hoje sobre a gestão de serviços e funcionários por OSs (Organizações Sociais), as quais tem a outorga recebendo benefícios do poder público o que impede o desenvolvimento da gestão democrática como compromisso com a construção da cidadania orientado pelo Plano Nacional de Educação, o princípio da transparência na gestão pública e se conecta, em sua medida, a privatização de educação pública.

A reforma do ensino médio aprofunda as condições de precarização da educação, com redução de horas presenciais do ensino médio tornando-as horas virtuais e dos famigerados *‘itinerários de formação’*, nos quais os estudantes escolheriam seus percursos formativos com a obrigatoriedade apenas de português, matemática e língua estrangeira desconsiderando a importância dos diferentes lugares de produção do conhecimento e a necessidade de diálogo entre os diversos saberes na busca da construção de um projeto de educação que promova a formação humana voltada para o fortalecimento da coletividade e da participação crítica na sociedade, valorizando e protegendo a diversidade social, ambiental e cultural do nosso estado.



É necessário ampliar a interação entre a educação básica e a UEPB para a realização deste projeto. Temos uma Instituição de Ensino Superior da Paraíba, com mais de 50 anos e que encontra-se hoje presente em 08 municípios. Destacando que estes municípios representam regiões o que pode possibilitar parcerias educacionais assim como o acesso à educação superior das/os paraibanas/os. Outro aspecto importante é que 50% das vagas são ocupadas por estudantes das escolas públicas e com cotas específicas para negras/os e indígenas. Algumas das nossas propostas que dialogam com essas preocupações são:

1. Garantir orçamento para a UEPB – a Lei da Autonomia Financeira da UEPB define que o orçamento de um ano não pode ser inferior ao ano anterior, mas com a ampliação do campus este valor não tem sido atualizado. É necessário manter hoje a universidade com o tamanho que tem, garantir suas condições de funcionamento e debater com a comunidade acadêmica o orçamento necessário para o funcionamento da UEPB;
2. Enfrentar a política nacional dos livros didáticos que está na mão de grandes editoras com o aval do MEC, livros que se orientam pelo eixo Rio/São Paulo, tornando-os descontextualizado da realidade do Nordeste e em particular da Paraíba e promover a produção de material didático complementar na Paraíba de forma a trazer a experiência das microrregiões do estado.
3. Discutir plano de cargos e carreira e remuneração (PCCR) com as/os profissionais da educação. Cumprindo as progressões verticais e horizontais do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração- PCCR do magistério.
4. Promover uma formação continuada que, de fato, dialogue com as necessidades das escolas e suas comunidades. Garantir o pagamento do piso salarial dos/as professores/as.
5. Estabelecer o diálogo com os movimentos sociais nos processos de formação das educadoras e educadores, considerando os recortes específicos das organizações e movimentos. Observando que as comunidades e povos tradicionais e originários exigem formação específica que respeite suas experiências, de forma que os



- conhecimentos construídos dialoguem com as experiências locais.
6. Fortalecer o debate de Raça e Gênero no Plano Estadual de Educação, destacando essas temáticas nos processos de formação continuada das/os profissionais da educação e incentivando projetos no ambiente escolar e nas comunidades de forma mais ampla.
 7. Reestruturar os modelos pedagógicos e de infraestrutura das escolas em tempo integral no Estado da Paraíba, possibilitando que as crianças inseridas nesse modelo tenham acesso à educação, esporte, cultura, lazer e cidadania.
 8. Garantir a oferta do ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos, em turnos diurnos e noturnos, também com acesso à formação profissionalizante.
 9. Reconduzir e fortalecer o processo democrático de escolha para as direções das escolas, contando com a participação comunidade escolar, docentes e demais profissionais de educação, responsáveis e estudantes.
 10. Investir em laboratórios de informática com acesso a internet e corpo técnico especializado para que os estudantes tenham acesso real às TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação.
 11. Construir laboratórios de disciplinas (matemática, física, química) que apoiem pedagogicamente o ensino.
 12. Implementar bibliotecas em todas as escolas públicas do estado e criar uma rede virtual de bibliotecas que permitam aos alunos e aos profissionais da educação acessarem periódicos conveniados com o Governo da Paraíba.
 15. Implementar uma política consistente de educação de jovens e adultos buscando erradicar o analfabetismo do estado.
 16. Garantir, em parceria com a UEPB, a construção de residências universitárias as/os estudantes e restaurantes populares nas cidades onde existam unidades da UEPB, proporcionando melhores condições para a comunidade discente e a população local.



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL - 2022
DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA
GOVERNADORA: ADJANY SIMPLICIO - 50
CO-GOVERNADOR (Vice): JARDEL QUEIROZ

17. Fiscalizar e garantir o cumprimento da Lei 10639/2003 e da Lei 11.645/2008 que sanciona a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na rede pública e privada de ensino.



IV. SAÚDE: DESPRIVATIZAR E GARANTIR DIREITOS

Para nós do PSOL a Política Pública de Saúde é mais que a relação saúde-doença. Uma política de saúde que se comprometa com o DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA tem que construir boas condições de vida na segurança, habitação, alimentação, educação, cultura e demais aspectos da vida social que são centrais para saúde da população do nosso estado, em outras palavras, a transversalidade da política de saúde deve estar presente em todas as esferas do Governo; contudo, alguns elementos específicos precisam ser apresentados:

1. Desprivatizar a saúde da Paraíba, devolvendo sua administração no Serviço Público e garantindo sua transparência.
2. Realização de avaliação periódica dos serviços de saúde com a participação dos/as usuários/as e dos profissionais de saúde.
3. Estabelecimento de parcerias com os Municípios no sentido de melhorar a qualidade do atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, buscando implementar equipes multiprofissionais com médicos/as, enfermeiros/as, psicólogos/as, nutricionista, fisioterapeutas e assistentes sociais.
4. Investir em pessoal, equipamentos, infraestrutura, manutenção e ampliação dos hospitais públicos regionais para que estes possam prestar um atendimento de qualidade para a população na própria região de moradia, não sendo mais necessário se deslocarem para a Capital ou para Campina Grande quando precisarem de atendimento com maior complexidade.
5. Garantir o funcionamento do Hospital de Oncologia do Sertão, concluindo os ajustes (estruturais, equipamento, pessoal, material de consumo) necessários ao seu funcionamento e construção do Hospital de Trauma do Sertão Paraibano.
6. Ajustar o pagamento do adicional de insalubridade das/os servidoras/es, congelado desde 2003 e permanecendo até hoje em R\$40,00.



7. Estruturar, em parceria com as comunidades quilombolas e com o movimento negro da Paraíba, políticas públicas de saúde específicas para população negra.
8. Saúde no meio rural: estabelecer parcerias com os Governos Municipais para atuação em prevenção e promoção de saúde, com ênfase no saneamento básico, educação e segurança alimentar, melhorando a atuação das UBSs nas áreas mais afastadas. Ampliando também o acesso à rede de atendimento hospitalar, ao atendimento de urgência e a exames especializados e de maior complexidade.
9. Tornar a Paraíba referência nacional para o uso de Cannabis Terapêutica: (a) Criação e fortalecimento de um programa estatal permanente de cannabis terapêutica, incluindo a pesquisa, formação, cultivo, produção e distribuição (mudas, matéria vegetal ou derivados terapêuticos), através do Sistema Único de Saúde (SUS); (b) formação permanente de profissionais da saúde ligados direta ou indiretamente à terapêutica canábica, envolvendo agentes sociais atuantes no cultivo, produção e distribuição de derivados medicinais da Cannabis; (c) Estruturar parcerias entre universidades e as diferentes Secretarias de Governo para avançar nas pesquisas Agronômicas (plantas por patologia, banco de gemoplasma, variedades por clima e composição de canabinoides, etc.), Antropológicas e Sociológicas (usos históricos e contemporâneos da planta em contextos populares, tradicionais e religiosos), Pré-clínicas e Clínicas.
10. Implementação da primeira **Farmácia Viva da Paraíba** com base na fitoterapia e do uso tradicional, de Cannabis e outras ervas, considerando os saberes medicinais das comunidades e povos tradicionais e originários paraibanos. Estruturando para a saúde pública paraibana as farmácias vivas e centros de terapias alternativas.
11. Construir e garantir funcionamento de casas de parto nas diferentes regiões da Paraíba;



12. Produzir sistema informatizado de agendamento de atendimentos, exames, cirurgias e fornecimento de medicamentos, que permita o acompanhamento por parte dos/as usuários/as, garantindo transparência, evitando privilégios e reduzindo o tempo de espera.
13. Inserir as Doulas, por meio de concurso público, no serviço de saúde da Paraíba, nas unidades já existentes e nas Casas de Parto criadas por nosso Governo, como forma de aperfeiçoar o serviço e fortalecer a soberania e autonomia da Mulher.
14. Estruturar o Clementino Fraga e o Laboratório Trans de modo a garantir acesso, integralidade e continuidade aos tratamentos, acabando com a atual interrupção nos tratamentos transicionais e de ISTs.



V. MULHERES: CONSTRUIR IGUALDADE, PROMOVER JUSTIÇA E COMBATER ÀS VIOLÊNCIAS

A Paraíba conta com uma população de aproximadamente 4 milhões de pessoas, sendo mais da metade dessa população é composta por Mulheres. Apesar da maioria da população do estado ser feminina, temos políticas públicas insuficientes voltadas ao atendimento dessa população, visto que compõem um quadro de significativa vulnerabilidade social quanto a serem vítimas de violências, alvos de assassinato pelo simples fato de ser mulher – Feminicídio – e de fragilidade quanto à sua condição de trabalho, sub ou não remunerado, limitando-as à falta ou insuficiência de renda própria e autonomia.

O cenário que emoldura o estado é assustador para as mulheres, em especial para as mulheres negras, LGBTQIAPN+, moradoras das periferias urbanas ou de áreas rurais. Somos o 3º estado brasileiro em índice de mortalidade materna - que é o óbito ocorrido durante uma gestação ou após até 42 dias do seu término, devido a qualquer causa relacionada ao agravo da gestação. Em 2021, Segundo o relatório de violência contra mulher do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Paraíba ocupou o segundo lugar entre os estados que estavam acima da taxa nacional de Feminicídios, ao lado de Minas Gerais, Alagoas e o DF. Nesse mesmo relatório 18 estados tiveram aumento nos registros de estupro de mulheres (incluindo vulneráveis - meninas) em relação ao ano anterior, dentre eles a Paraíba com 111,3%.

Nosso compromisso com as Mulheres é buscar a transversalidade das ações de todas as secretarias colocando ênfase nas demandas apresentadas e mantendo-se em diálogo com organizações de Mulheres na busca da construção de políticas eficazes a serem implementadas nos quatro anos de gestão do PSOL. Reconhecemos com esse compromisso que a gestão pública do Estado muito tem a contribuir para reduzir e modificar o padrão de desigualdade nas relações de gênero, profundamente arraigado na sociedade brasileira.



**SAÚDE DA MULHER E DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS
OBSTÉTRICA E DOMÉSTICA**

1. Garantir o acesso aos serviços de saúde, em todos os níveis de complexidade com foco nas questões reprodutivas, incluindo as pessoas que gestam, na prevenção de ISTs, na atenção básica de saúde, violência contra a mulher e saúde mental, entre outras ações na garantia do direito à saúde.
2. Contemplar na Atenção Primária à Saúde (APS) as especificidades da diversidade de gênero e orientações sexuais da mulher e pessoas que gestam;
3. Promover campanhas educativas sobre o reconhecimento do direito de decisão das mulheres, meninas e pessoas que gestam pela interrupção da gravidez, tendo como objetivo a descriminalização social do aborto e a defesa da garantia do acesso aos serviços de abortamento seguro nos casos previstos em lei.
4. Instituir os centros públicos para parto normal - as casas de parto - em todas as regiões do Estado. Com a garantia de equipe completa para atendimento das mulheres e pessoas que gestam.
5. Promover ações amplas de educação sexual pautando a soberania e autonomia da mulher sobre seu próprio corpo; combate à violência/abuso sexual, garantindo a informação e o direito aos métodos contraceptivos na atenção primária; atenção especial às/aos meninas e adolescents.
6. Defender a criação e o fortalecimento de equipamentos sociais para as mulheres em situação de violência de gênero e doméstica, contemplando as questões de raça/etnia, orientação sexual e mulheres com deficiência.
7. Acolhimento diferenciado para as mulheres vítimas de violência sexual dentro dos espaços institucionais de segurança e saúde: IPC, delegacias, serviços de saúde.
8. Educação continuada para os profissionais de saúde para melhor conhecer as especificidades do conjunto e demandas das mulheres e pessoas que gestam na saúde;
9. Políticas de combate ao câncer de mama, maior e melhor acesso à informação e prevenção.
10. Criação de hospitais da Mulher nas regiões do Estado.

EDUCAÇÃO

11. Debate de gênero nas escolas: trabalho contínuo sobre o respeito à mulher e à diversidade humana e para a promoção da igualdade.
12. Realizar, em parceria com as organizações, ações educativas específicas de enfrentamento ao racismo.
13. Construir campanhas de combate à violência contra as mulheres e de combate à cultura do machismo, racismo, homofobia, capacitismo e todas as formas de preconceito e discriminação.

SEGURANÇA/MOBILIDADE URBANA/MORADIA

14. Promover a transparência e auditoria pública dos contratos de concessionárias do transporte público, com criação de conselhos paritários, entre homens e mulheres.
15. Criar mecanismos acessíveis às mulheres, em utilização de mobilidade urbana, que possibilitem a tomada de medidas de segurança e identificação de agressores e assediadores, como serviço de disque-denúncia em transportes públicos e botão de socorro para alertar os casos em andamento.
16. Requalificar a iluminação de vias públicas e monitorar a ação criminosa contra as mulheres para a construção de estratégias que visem a diminuição das ocorrências.
17. Oferecer prioridade às mulheres nos programas de habitação, capacitação para o trabalho e de geração de emprego e renda.
18. Promover campanhas contra o assédio sexual e capacitação das polícias e trabalhadoras/es do transporte público para lidarem com situações de assédio sexual contra usuárias.
19. Fim da revista íntima dentro das instituições prisionais com o objetivo de não submeter as mulheres à exposição indigna e constrangimento. O Estado se encarregará de promover a revista de forma respeitosa, utilizando os aparatos tecnológicos, a fim de garantir a segurança da unidade prisional e a integridade das mulheres visitantes.



20. Combater a precarização do trabalho, a terceirização e o trabalho escravo. Sobretudo combater o assédio moral e sexual das mulheres em ambiente institucional público ou privado.

MULHERES DE COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS E ORIGINÁRIOS.

21. Garantir o acesso à distribuição de água potável e tratada, apresentando soluções sanitárias adequadas para as comunidades.
22. Garantir a construção de vias de acesso e alternativas públicas de meios de deslocamento aos centros urbanos para a população das comunidades rurais e tradicionais;
23. Oferecer cursos e formações nas comunidades voltadas para as mulheres e juventude que beneficiem o desenvolvimento da comunidade como um todo, alinhados à identidade, cultura e potencial produtivo dessas comunidades.
24. Realizar ações de prevenção e combate à violência contra a mulher das/nas comunidades e povos tradicionais e originários, construindo também uma rede de atendimento especializada para essa demanda.
25. Ampliar e fortalecer a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às mulheres da agricultura familiar.
26. Criação de uma sub-secretaria de mulheres de comunidades e povos tradicionais e originários.
27. Promover ações educativas de combate à intolerância e ao desrespeito religioso e em favor da reprodução cultural das práticas ancestrais de matriz africana e indígena;
28. Apoiar a titulação e a defesa da garantia das terras quilombolas, especialmente em nome da garantia de direitos das mulheres.

VI. COMBATE À LGBTFOBIA

É necessário reconhecer a Igualdade de Gênero e a Diversidade Sexual como parte dos Direitos Humanos fundamentais como definidos pela ONU, de modo a orientar as relações sociais, o ordenamento jurídico e o desenvolvimento de políticas públicas, de maneira a garantir pleno acesso a direitos, em sociedade que se queira democrática.

Em assim sendo, faz-se preciso desenvolver políticas públicas que, por meio do acesso, permanência e visibilidade garantam os direitos à população LGBTQIAPN+, dentre as mais vulnerabilizadas socialmente pela tradição autoritária que discrimina, desqualifica e exclui essa população, tornando-a alvo de violações frequentes, incluindo-se agressão moral e física, com alto índice de assassinatos e suicídio.

Nesse sentido, aqui na Paraíba é fundamental garantir políticas públicas estruturais de estado para a população LGBTQIAPN+, consolidando e ampliando a legislação e os mecanismos já existentes, mas ainda insuficientes, a exemplo da Lei Contra "Discriminação por Orientação Sexual e Identidade de Gênero"; da "Lei dos Cartazes"; Do Espaço LGBT da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana; do Conselho Estadual dos direitos de LGBTQIAP+; do Conselho Estadual de Saúde Integral da população LGBTQIAP+; da Delegacia Especializada em Combate a Crimes LGBTfóbicos.

1. Defender o estabelecimento efetivo da Igualdade de Gênero e da Diversidade Sexual, Direitos Humanos fundamentais, como norteador das relações sociais e do ordenamento jurídico, no desenvolvimento das políticas públicas estaduais.
2. Garantir a política afirmativa de discussão transversal dos temas "Igualdade de Gênero" e "Diversidade Sexual", em ações do sistema de ensino (currículo, capacitação, material didático, critérios de seleção, supervisão e administração, etc.).
3. Efetivar mecanismos de fiscalização e aplicação da lei contra discriminação por orientação sexual, acompanhamento jurídico de combate à homofobia nos casos de agressão, constrangimento e violação da pessoa



5. humana, incluindo-se os casos de abuso e abandono familiar.
4. Desenvolver políticas públicas de combate a vulnerabilidade de adolescentes e idosos LGBTQIAP+: construção de Casas Abrigos com acompanhamento jurídico, psicológico e de assistência social, para tratamento do abandono e capacitação profissional.
5. Combater à invisibilidade nas políticas públicas de empregabilidade, adotando ações que transcendam os estereótipos, garantindo equidade de tratamento nos diversos campos de trabalho para a população LGBTQIAP+.
6. Ampliar a política de estado com a interiorização das políticas públicas para população LGBTQIAP+.
7. Ampliar e interiorizar as delegacias de crimes homofóbicos, bem como garantir a existência de plantão 24h.
8. Fortalecer, ampliar e interiorizar os programas de saúde pública de hormonioterapias.
9. Realizar ações de afirmação da Lei Estadual que criminaliza a discriminação por orientação sexual;
10. Estabelecer a identificação e tipificação da homofobia e da transfobia como crimes de ódio, segundo os princípios da defesa da igualdade de gênero e da diversidade sexual como integrantes dos Direitos Humanos fundamentais, e desenvolver mecanismos de identificação, na diversidade (lesbofobia, homofobia, transfobia, bifobia), das ocorrências de morte e violências para subsidiar a elaboração de políticas de prevenção e enfrentamento; Construir mecanismos que possibilitem a identificação dos casos de lesbofobia entre os feminicídios registrados na Paraíba;
11. Consolidar, ampliar e interiorizar os espaços institucionais conquistados, especialmente: o Espaço LGBTQIAP+; o Conselho do Conselho Estadual dos direitos de LGBTQIAP+ e Conselho Estadual de Saúde Integral da população LGBTQIAP+;
14. Fortalecer, ampliar e interiorizar os programas de saúde pública de combate e prevenção das ISTs (infecções sexualmente transmissíveis).



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL - 2022
DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA
GOVERNADORA: ADJANY SIMPLICIO - 50
CO-GOVERNADOR (Vice): JARDEL QUEIROZ

15. Desenvolver ações que garantam o respeito ao direito à Igualdade de Gênero e à Diversidade Sexual no sistema carcerário.
16. Reconhecer a Parada do orgulho e cidadania LGBTQIAP+ e garantir suporte institucional, de infraestrutura e de apoio financeiro para sua realização.



VII. CULTURA: RECONHECER E VALORIZAR

Diante de um preocupante quadro de desestruturação das políticas públicas de cultura no estado da Paraíba, o PSOL vem propor, para garantir O DIREITO AO FUTURO NA PARAIBA um conjunto de políticas e ações com objetivo de reverter o atual contexto de desmonte. São propostas para no campo cultural, a serem implementadas pela Secult-PB, que será uma Secretaria que defenderá o papel central da cultura no desenvolvimento do estado da Paraíba.

Entendendo a importância do campo cultural, este programa reflete o acúmulo de discussões dos movimentos culturais paraibanos em sua longa trajetória de atuação, proposição e luta, contribuindo para o desenvolvimento cultural da Paraíba. Estão no centro destas propostas: o reconhecimento e fomento à diversidade cultural paraibana; investimentos no campo cultural, ativando todo o seu potencial gerador e transformador; a formação de novos públicos e artistas; a criação e potencialização de circuitos culturais e políticas de intercâmbio e internacionalização da cultura paraibana; a estruturação de uma política estadual para o setor audiovisual; entre outras áreas de relevância para a consolidação do campo cultural. Neste sentido, lança-se aqui um olhar amplo para as políticas culturais do estado, trazendo um conjunto de propostas capazes de mudar significativamente o cenário cultural paraibano.

1. Reestruturar a Secretaria de Estado da Cultura, criada em 2011 e até hoje sem servidoras/es próprias/os e com grande defasagem de equipe com (a) realização do primeiro concurso público para a Secult-PB; (b) revisão do organograma da Secretaria, de modo a criar áreas dedicadas a formulação de políticas públicas de cultura no estado.
2. Reverter o sub-financiamento da Política de Cultura da Paraíba. Alcançar a meta proposta pela PEC 150 (1,5% do orçamento estadual para a Cultura para estados) até o final do Governo, elevando o orçamento da Secult-PB e suas vinculadas e, conseqüentemente, dos recursos destinados às políticas públicas.



3. Promover o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura através de um conjunto de ações e políticas, como: (a) elaboração e implementação do Plano Estadual de Cultura; (b) criação de parcerias, convênios e políticas descentralizadas que impulsionem os Sistemas Municipais de Cultura das cidades paraibanas que aderiram a esta política.
4. Lançar anualmente edital do FIC, elevando seu orçamento progressivamente, fazendo-se cumprir a determinação orçamentária de 0,25% do orçamento próprio do Estado até o último ano do Governo.
5. Desenvolver de forma integrada e ampliada a política de incentivo ao audiovisual paraibano, garantindo recursos estaduais para o Edital Linduarte Noronha, além de outras ações e políticas que tenham recursos federais garantidos.
6. Finalização e entrega definitiva à população do Cine São José em Campina Grande com os equipamentos de alta qualidade, com o objetivo de ampliar a rede de exibição cinematográfica independente no estado e impulsionar seu potencial em diálogo entre a Funesc e as políticas de educação na rede estadual de ensino.
7. Desenvolver uma política de referência para a cultura popular paraibana, com a implementação de um conjunto de ações, como: (a) mapeamento das expressões e manifestações culturais populares e tradicionais da Paraíba; (b) criação do Prêmio de Culturas Populares e Povos Tradicionais, com edital específico; (c) realização do Encontro Paraibano de Culturas Populares e Povos Tradicionais; (d) implementação do Programa de Educação Patrimonial e Pedagogia Griô nas escolas da rede estadual, levando mestres/as da cultura popular para dentro da sala de aula e fortalecendo a identidade cultural nos diversos territórios; (e) ampliação e fortalecimento do Regimento de Mestre das Artes – Rema.
8. Valorização do artesanato paraibano, em face de sua diversidade estética e territorial, sua representatividade e reconhecimento concedido pela UNESCO à capital paraibana como “Cidade Criativa do artesanato”.



9. Fortalecer o processo de registro das Matrizes do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil, garantindo condições para a fruição de debates, realização de seminários, pesquisas e articulações necessárias para a efetivação deste reconhecimento.
10. Fortalecimento do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Museus, formulação e implementação do Plano Estadual do Livro, Leitura e Bibliotecas e criação do Prêmio Jemima Marques de Apoio a Bibliotecas Públicas e Comunitárias.
11. Criação do Edital de Intercâmbio e Difusão Cultural, voltado a promover a circulação em âmbito local, regional, nacional e internacional de artistas e grupos paraibanos, garantindo a presença da produção cultural paraibana nos diferentes circuitos.
12. Desburocratizar e aumentar a isonomia e transparência dos processos seletivos via editais, garantindo a distribuição regional e setorial de investimento, além de equipes de pareceristas e comissão técnica contratada através de seleção pública e com a devida competência na área de avaliação de projetos culturais.
13. Garantir estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Cultura (Consecult) e seu reconhecimento como órgão deliberativo integrante do Congresso do Povo;
14. Estabelecer uma política de formação, capacitação e qualificação de agentes culturais nas mais diversas áreas.

VIII. COMUNICAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

O Programa DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA se propõe a construção da Secretaria de Estado de Política Pública para a Comunicação Social em nosso Governo que passará a estruturar a dimensão pública da política de Comunicação Social do Estado e será responsável pelo Sistema Público de Comunicação da Paraíba. A criação do Conselho Estadual de Comunicação Social soma-se a este sistema enquanto instância de fiscalização, regulação e acompanhamento social do setor, ambiente de debates e deliberações composto por Poder Público e Sociedade Civil que também terá a atribuição de fiscalizar os investimentos do Governo do Estado para veículos e sistemas de comunicação que ataquem os Direitos Humanos.

Em nosso Governo, a Publicidade Oficial funcionará para além da mera divulgação das ações do governamentais, cumprindo uma importante função social no sentido de difundir novas práticas e mudanças coletivas, empreendendo processos educativos. Campanhas para o combate ao Racismo, para a igualdade de gênero e para o respeito à diversidade humana, para a preservação ambiental, respeito no trânsito, uso consciente da água, além de outros temas fundamentais para a mudança de consciência quanto à coletividade e organização da população, como divulgação dos mestres da cultura popular, dos artistas locais e de agentes dos movimentos sociais serão alguns dos aspectos que iremos valorizar.

O Sistema Público de Comunicação da Paraíba será formulado com a participação direta da sociedade civil e favorecerá o fortalecimento das identidades culturais com a pluralidade existente na Paraíba e atenderá às finalidades elencadas na constituição (educativas, artísticas, culturais e informativas), entre outras importantes questões. Vejamos outras ações importantes para estruturar o Sistema de forma descentralizada e transversal:

1. Criação da primeira TV Pública do Governo do Estado da Paraíba, priorizando o conteúdo regional e o audiovisual paraibano. Essa TV terá estrutura de gestão democrática, composta por conselhos de programação, fiscal, entre outros que sejam definidos pelo Conselho Estadual de Comunicação Social.
2. Ampliar o sinal da Rádio Tabajara para toda Paraíba e incorporá-la ao Sistema Público de Comunicação da Paraíba.
3. Fomentar nos municípios paraibanos a produção de comunicação pública e comunitária através de políticas específicas;
4. Publicar Edital Estadual “Pontos de Mídia” incentivando iniciativas midialivristas, comunitárias e populares em



comunicação, especialmente as vinculadas às populações quilombolas, indígenas e de acampadas/os e assentadas/os na luta pela terra. Reconhecer agentes já existentes, propondo uma política de produção de conteúdo sobre a Paraíba, sua cultura, sua arte e sua gente.

5. Implementar junto com a Secretaria de Estado da Educação um Programa de Educomunicação nas escolas, trabalhando com a juventude a educação para as mídias, com ênfase na leitura crítica e na produção de novas narrativas junto a juventude;
6. Criação da PBCine - Agência Paraibana de Cinema para promover o desenvolvimento, financiamento e fomento de programas e políticas para os segmentos da cadeia produtiva do audiovisual (cinema, internet, TV, jogos eletrônicos, realidade virtual e novos meios).



IX. MORADIA: LUTA E DIREITO HUMANO

A Paraíba tem um déficit habitacional de mais de 130 mil unidades habitacionais, ou seja, por volta de 500 mil pessoas sem local adequado para morar – ainda não está contabilizada neste número a inadequação de domicílios, que somam o problema com moradia. Entre a população com renda de até 3 salários mínimos, 83% estão em déficit habitacional. Ou seja, o problema da moradia é muito sério, principalmente para a população mais pobre, também pelo fato de o teto ser uma necessidade básica para a vida de qualquer pessoa.

O problema de moradia está ligado à questão fundiária e organização territorial rural e urbana, este último sendo um problema crescente pelos grandes adensamentos populacionais nas periferias das grandes cidades. As cidades da Paraíba não apresentam nenhum planejamento no seu uso espacial. Isto se concretiza em seus crescimentos caóticos, pautadas por aumento no trânsito, pessoas morando longe dos seus trabalhos, bairros inteiros crescendo sem espaço e bairros inteiros, apesar de desenvolvidos, com espaço sobrando. Os percentuais de *solo nu* mesmo nas cidades mais urbanizadas é muito alto atualmente, pois especula-se muito com terrenos sem uso, sejam particulares ou públicos.

Grandes proprietários relegam terrenos e imóveis em locais com grande infraestrutura urbana para a especulação imobiliária, impedindo o planejamento racional das cidades. O mercado imobiliário acaba regulando toda a ocupação urbana, com os altos preços dos imóveis em áreas mais próximas do centro e com infraestrutura. Assim, a grande maioria da população vai sendo empurrada para as periferias, onde o preço é acessível, ou pior, buscam alternativas de forma ilegal, em ocupações e favelas. Os atuais programas habitacionais, além de terem suas metas muito aquém da demanda, são centrados na desoneração e controle das construtoras, o que afasta a população da resolução do problema.

O Estatuto das Cidades dá como prerrogativa do planejamento das cidades para os Municípios. Entretanto, o Estado pode participar e legislar sobre diversas questões do planejamento urbano, principalmente as políticas habitacionais. Além disso, o Estado pode estimular e subsidiar planejamentos urbanos favoráveis à classe trabalhadora e ao povo pobre, enfrentando os privilégios dos grandes proprietários e especuladores, como é o caso do nosso programa. A base do programa é o princípio da Função Social da Propriedade e da Cidade (artigo constitucional nº 6), pelo qual pretendemos mudar radicalmente a estrutura fundiária nas cidades e no campo, resolvendo de forma integrada a questão da moradia.



Nas zonas rurais, o processo de expulsão das populações mais pobres, por falta de alternativas de sobrevivência através da agricultura familiar, joga milhares de famílias anualmente nas periferias das grandes cidades. A nossa proposta é manter esta população no campo e fomentar a volta da massa de agricultores que hoje vive nas cidades. Para isso, propomos em nosso programa uma reforma agrária radical – já que na última década, ela foi completamente abandonada pelos governos federal e estadual. A reforma agrária é uma ação para a construção de uma economia igualitária e soberana, de produção de alimento e outros bens agrícolas, mas também é uma política de moradia, pois, fixa estas famílias camponesas em áreas garantidas por lei. Defendemos **RADICALMENTE** o direito à moradia para todos!

1. Fim dos despejos: projeto de Lei impedindo despejos coletivos sem alternativas de reassentamento; com audiências públicas para informar a população quando houver necessidade de remoção, e, nestes casos, é chave por chave, em local próximo, ou justa indenização, de acordo com os preços de mercado;
2. Leis específicas, incentivos e subsídios para as prefeituras realizarem regularização imediata e estabelecimento automático de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) de todas as ocupações e comunidades de baixa renda que não estão em áreas de risco, levando em consideração a necessidade das famílias; estímulo a auto-construção, com assessoria técnica e material de construção subsidiado para a melhoria das moradias já estabelecidas;
3. Bolsa aluguel justa baseada nas necessidades da família, como medida emergencial e paliativa.
4. Aluguel social permanente – fornecimento de casas pelo Estado, em que as pessoas pagam uma pequena taxa como forma de subsídio.
5. Cumprimento da função social das propriedades: construir parcerias com as Prefeituras para que a Paraíba avance na elaboração e/ou aplicação de leis específicas que efetuem a desapropriação de imóveis que não cumpram sua função social;
6. Ampliar o orçamento do Estado para a construção de habitação social; (a) construção de habitação social através de cooperativas dos próprios beneficiados e estímulo a autoconstrução em mutirões; (b) criação de um programa estadual próprio de construção de habitação social baseado nas especificidades da Paraíba, livre dos sistemas de créditos de juros altos e das grandes construtoras.
7. Incentivo de moradia popular em locais com infraestrutura adequada, aproximando os trabalhadores dos seus locais de

trabalho, e garantia pelo Estado de geração de trabalho nas periferias.

8. Criação de agência de estímulo a cooperativas e atuação da CEHAP na contratação direta de mão-de-obra das comunidades pobres para a construção de habitação social; empoderamento e auto-gestão das massas populares, principalmente trabalhadores da construção civil, na efetivação da política de habitação.
9. Criação de um programa estadual de Reforma Agrária para imediato assentamento de toda a demanda de famílias de camponeses sem-terra da Paraíba; usar dos mecanismos jurídicos para desapropriação para fins de Reforma Agrária de todo imóvel onde for encontrado trabalho análogo a escravidão, das terras das multinacionais, das terras devolutas, sem indenização dos ocupantes, terras improdutivas, de acordo com a atualização dos índices de produtividade, as arrecadadas pelos bancos e órgãos públicos, seja por dívida fiscal, lavagem de dinheiro, corrupção ou tráfico e outras formas criminosas, das terras onde forem identificadas queimadas criminosas, crimes ambientais, tais como destruição e contaminação de nascentes, rios, córregos, matas ciliares e florestas;
10. Outro problema recorrente em muitos municípios Paraibanos é o da **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, principalmente nos municípios da Borborema, Agreste e Zona da Mata. Muitas famílias agricultoras possuem suas terras porém sem documentação nenhuma, como escritura pública ou documento de posse, o que lhes causa vários outros problemas ocasionando grandes prejuízos, seja no momento de requerer um benefício previdenciário seja para o acesso ao crédito junto aos bancos oficiais. A falta de regularidade fundiária é um problema e grande desafio a ser enfrentado. É de fundamental relevância que o governo do Estado amplie e dê continuidade às ações com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) que possam avançar no trabalho de regularização fundiária, permitindo as famílias agricultoras dispor de título de propriedade que lhes é devido.
11. Todas as famílias assentadas devem ter direito a casa e para que elas sejam construídas com mínimo de 80m²; estas devem ser equipadas com: fossas biodigestoras, aquecedores solares, calhas ou placas de cimento para coletar água das chuvas, canalizadas para cisternas, onde houver deficiência hídrica;
12. Oferecimento de infraestruturas sociais e produtivas aos assentamentos: estradas, energia, armazéns, saneamento básico, escolas no campo, assistência médica para as famílias; de créditos substanciais, assistência técnica, extensão rural



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL - 2022
DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA
GOVERNADORA: ADJANY SIMPLICIO - 50
CO-GOVERNADOR (Vice): JARDEL QUEIROZ

permanente e universal a todos os assentados e aos demais agricultores camponeses; políticas públicas direcionadas ao apoio das unidades econômicas coletivas nos assentamentos, com vistas à soberania dos assentamentos; apoio público com vistas ao beneficiamento da produção em coletivo.

X. MOBILIDADE URBANA E O DIREITO À CIDADE

O PSOL entende a questão da mobilidade urbana como uma forma de garantir o direito às cidades e, conseqüentemente, como uma ferramenta de transformação social, centrada no transporte público e no pedestre como unidade prioritária nesse complexo sistema de valores regidos atualmente pelo poder econômico e suas demandas excludentes, com atenção redobrada às demandas dos idosos, deficientes, crianças e mulheres.

Através do conjunto de ações entre organizações, governos e a sociedade, se pretende a aplicação de posturas e decisões para soluções mais sustentáveis de menor custo, menor consumo e menor impacto ambiental. Com o objetivo de maior eficiência e inclusão na integração entre os centros urbanos, os bairros e no fluxo interestadual, nos seus contextos urbano e rural.

Cidadania e qualidade de vida é ter o direito à cidade e da mobilidade garantidos nessa ampla e necessária pauta de inversão dos valores que garanta o deslocamento e ocupação equânime dos espaços, observando as seguintes ações:

1. Criação do Plano Interestadual de Mobilidade Urbana para as cidades e o estado, com a participação de pesquisadores e especialistas,mas também com a efetiva participação popular em plenárias, consultas e auditorias públicas;
2. Fim dos monopólios que controlam as concessões públicas e os sistemas de transporte;
3. Contribuir com os municípios na elaboração de projetos para o deslocamento com bicicleta, por ciclofaixa ou ciclovia, a depender da necessidade local; para a padronização das paradas de ônibus e das calçadas nas vias públicas, com vistas a melhorar o trânsito de pedestres, principalmente aqueles com qualquer tipo de limitação na mobilidade, como pessoas idosas, deficientes, mulheres grávidas, crianças e outros;
4. Ampliação das linhas de transportes urbanos (ônibus) para contemplar a necessidade da população, exigindo das empresas a utilização de veículos com maior conforto e segurança;
5. Regulamentação do Transporte Alternativo, inclusive Mototáxi, de modo a favorecer aprimoramento do transporte coletivo e de emprego e renda na Paraíba, envolvendo grupos familiares e cooperativas de trabalhadores, não o conhecido monopólio do Transporte Público;
6. Criação de grupo de trabalho para estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, para a realização da retomada e ampliação da malha ferroviária, como alternativa e solução de



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL - 2022
DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA
GOVERNADORA: ADJANY SIMPLICIO - 50
CO-GOVERNADOR (Vice): JARDEL QUEIROZ

mobilidade com mais eficiência, economia e sustentabilidade, integrando todo o estado;

7. Propor consórcio entre Governo do Estado e outros municípios que possa estruturar de forma coletiva uma saída para imobilidade instalada nas maiores cidades da Paraíba, sendo a conexão entre os diferentes modais e o metrô uma dessas alternativas possíveis.



XI. ESPORTE E LAZER COMO DIREITO

As políticas públicas de esporte e lazer devem estimular e valorizar as múltiplas dimensões culturais, artísticas e esportivas que atendam às demandas dos diversos segmentos e gerações. O esporte e o lazer são necessidades humanas reconhecidas como direitos individuais e sociais pela Constituição Federal de 1988. Temos como propósito trabalhar com e para as diversas dimensões do esporte: alto rendimento, amador, educacional, complementar à promoção de saúde e bem estar e de lazer, desenvolvendo políticas públicas que garantam à população a democratização e o acesso ao esporte, ao lazer e às práticas corporais. Para garantir à população paraibana, em todos os municípios, a democratização e o acesso ao esporte, ao lazer e às práticas corporais, precisamos modificar a realidade que existe na Paraíba em termos de acesso ao esporte e lazer.

Mais que necessário qualificar projetos e programas sociais que alavanquem o potencial esportivo e de lazer de forma sustentável, inclusiva e participativa nas diversas regiões do estado. É fundamental garantir equipes multiprofissionais com a presença das/os professoras/es de educação física e educadoras/es agentes sociais de esporte e lazer nos quadros da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL) para promover e estimular a convivência social e a diversidade das práticas corporais e esportivas para o bem-viver em todas as etapas da vida. É importante também identificar ações e parceiras/os que já estejam atuando nos municípios, nas comunidades, utilizando os espaços disponíveis, e fomentar o uso das praças, parques, quadras, campos, ginásios, estádios, e as escolas, de forma mais democrática e participativa.

Um dos maiores equipamentos esportivos da Paraíba é a Vila Olímpica que fica localizada na capital e oferece diversas modalidades esportivas. Para além do Ginásio Poliesportivo Ronaldo Cunha Lima, conhecido como, Ronaldão que também oferece algumas modalidades esportivas e o Estádio José Américo de Almeida Filho, conhecido como Almeidão, que tem como foco o futebol; todos localizados na capital. O desafio de um programa de governo popular e socialista é ampliar a democratização do acesso ao esporte e lazer, garantindo a diversificação das práticas corporais e considerando que todos os espaços, equipamentos e programas disponíveis devem apontar à emancipação humana. Para isso é essencial recuperar a gestão estatal do que é público, com transparência e eficiência, garantindo aportes financeiros e o seu uso efetivo para a promoção do esporte e lazer como direito de todas/os e descentralizar os equipamentos para os municípios e na capital, ampliar para as periferias. Estabelecer o diálogo e a vinculação de um programa de esporte e lazer junto aos movimentos sociais, apoiar e estimular as



práticas populares, colaborativas e lúdicas na perspectiva de torna-se um imperativo para fomentar o exercício de uma cidadania crítica, transformadora e participativa que se diferencie dos modelos conservadores de gestão.

Uma gestão democrática do esporte e lazer em um governo popular e socialista não pode deixar de dialogar e se preocupar com as dimensões sociais do corpo e das práticas corporais, esportivas e de lazer como direitos sociais que podem oportunizar a superação das práticas normativas que estabelecem a inferiorização dos corpos dos pobres, das mulheres, da população LGBTQIAP+ e da negritude, que reprime violentamente a presença de pessoas transgêneras e intersexuais e que reforça estigmas racistas. É urgente reverter a visão de corpo como território de interdições e tiranias, que impõe as cicatrizes sociais, e contribuir para o desenvolvimento do corpo como território de liberdades e superações, que sejam signos do combate à dominação social, e os programas e projetos de esporte e lazer podem e devem ser a porta para essas superações.

Desde que não permaneçam focadas em reforçar um modelo de práticas orientado pelo esporte de rendimento (essencialmente concorrencial e competitivo) e atividades amadoras e/ou semiprofissionais que mimetizam essas práticas, não contemplando outras formas de práticas corporais que expressem corporeidades dissonantes e contestadoras dos padrões sociais, comportamentais e estéticos dominantes. Dessa forma, temos a garantia de não ter uma gestão focada apenas na *esportivização* da oferta dos esportes, mais especificamente, focada no futebol, como acontece. Além de promovermos a elevação do padrão cultural esportivo da população, garantindo acesso à cultura esportiva e de *lazerania* de forma intergeracional. Para tanto formulamos as seguintes metas e propostas:

1. Implementar uma Política Estadual de Esporte e Lazer popular, democrática e participativa;
2. Fomentar a constituição de Conselhos Populares para gestão, revitalização e qualificação dos equipamentos públicos de esporte e lazer nos municípios;
3. Desenvolver Programa de Apoio às Pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer na PB;
4. Formular parcerias com as Universidades através de projetos de extensão e pesquisa, estimulando a formação acadêmica das/os estudantes;
5. Estabelecer mecanismos de Monitoramento e Avaliação das Políticas de Esporte e Lazer, garantindo transparência e controle social;



6. Construir e/ou ressignificar equipamentos, espaços e projetos em municípios que não os possuem, a partir de relações intersetoriais com Educação, Saúde, Mobilidade, dentre outros setores;
7. Buscar parcerias com as esferas Municipais e Federal na implementação de políticas públicas de esporte e lazer permanentes à população;
8. Implementar uma política pública de esporte e lazer permanente em diferentes cidades, em especial àquelas que possuem um alto índice de vulnerabilidade social, oferecendo diferentes linguagens que compõe os interesses culturais da Juventude e da população de forma geral;
9. Estabelecer diálogos permanentes com as entidades que promovem ações voltadas para o esporte e lazer no estado, tornando-os parceiros da gestão pública;
10. Estimular a população à ocupação e uso dos espaços e equipamentos para prática de esporte e lazer;
11. Construir por meio da Conferência de Esporte e Lazer um projeto de lei que crie uma política pública de Esporte e Lazer de Estado, com vistas a permanência de ações do setor e criação de cargos para abertura de concurso público;
12. Assegurar a formação continuada às/aos trabalhadoras/es de Esporte e Lazer do Estado;
13. Garantir financiamento específico para dar conta das demandas voltadas a estrutura física, material e recursos humano;
14. Criar o Programa Esporte e Lazer do estado da Paraíba que atenda todos os municípios com oficinas de esporte e lazer, envolvendo diversas modalidades e práticas, tais como: ginástica, futebol, basquete, vôlei, dança, skate, música, lutas, artes marciais, entre outras manifestações culturais, para todas as idades;
15. Desenvolver programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais que favoreçam manifestações com diversidade de gênero, racial, regional, etc. e combatam o preconceito;
16. Apoiar os esportes paraesportivos e inclusivos, com a criação de núcleos nas regiões e/ou municípios;
17. Desenvolver projetos e programas que promovam a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, relativas à obrigatoriedade de conteúdos e práticas das culturas afro-brasileira e indígena;
18. Garantir a participação dos movimentos LGBTQIAP+ no âmbito da formulação de programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais, e promover encontros e torneios de equipes mistas e representativas da diversidade sexual;



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL - 2022
DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA
GOVERNADORA: ADJANY SIMPLICIO - 50
CO-GOVERNADOR (Vice): JARDEL QUEIROZ

19. Garantir apoio institucional e incentivo financeiro ao futebol feminino com equipes e um calendário estadual anual;
20. Estabelecer um calendário estadual de festivais de cultura corporal, torneios e competições esportivas nas diversas modalidades, definindo uma estratégia de articulação e fortalecimento de práticas corporais, esportivas e de lazer.



XII. PARAÍBA VIVA

MEIO AMBIENTE

Sabemos da necessidade urgente de alternativas que garantam a nossa sobrevivência enquanto ser humano que vive em sociedade, bem como a sobrevivência das mais variadas espécies existentes no planeta. A igualdade social, a sustentabilidade ecológica e a luta pela manutenção da nossa diversidade biológica fazem parte da visão ecossocialista na qual todos/as tenham direito ao seu território, a um local digno para viver, em ambiente saudável, justo e ecologicamente correto e digno.

Em razão do aumento da população (elevação do consumo per capita) e do desenvolvimento das cidades, observamos também a elevação do consumo de água. Na Paraíba, os mananciais encontram-se em elevado estado de degradação ambiental e escassez hídrica. As bacias são mal gerenciadas e não há controle da extração de água dos Rios paraibanos. A poluição, seja provocada pelo próprio Estado ou por particulares, é uma constante, contribuindo significativamente para a redução da biodiversidade, ocasionando assim sérios problemas ambientais tanto para a população ribeirinha quanto para o abastecimento das cidades. É necessário fiscalização e proteção dos nossos Rios aliadas a maior participação popular na gestão dos recursos hídricos.

Dados do Painel Intergovernamental sobre a mudança climática - IPCC indicam que a temperatura no planeta pode aumentar entre 1,8 e 4 graus até o ano de 2100, esse aquecimento fará com que milhões de pessoas passem fome e sede devido à falta de alimentos e de água. O aquecimento global produz efeitos locais e hoje há uma necessidade urgente de fazermos a transição para geração de energias renováveis, diminuindo a dependência de combustíveis fósseis. O potencial eólico e solar é pouco ou subaproveitado. Em regiões com temperatura mais altas se faz necessário a utilização de energia termosolar, poupando-se carvão proveniente da caatinga (estima-se que 94% de toda a lenha produzida no Nordeste é de origem ilegal). Algumas das nossas propostas:

1. Fiscalizar de forma mais efetiva e com estabelecimento de critérios mais rigorosos, os impactos de atividades como mineração, produção de cimento e extração irregular de areia dos nossos rios;
2. Criar unidades de conservação marinhas em pelo menos 10% da zona econômica exclusiva do estado da Paraíba. Nossos ecossistemas costeiros possuem uma rica diversidade além de um potencial turístico ímpar, necessitando, pois, de incentivo e de proteção;
3. Incentivar às tecnologias de uso sustentável da terra e dos recursos hídricos, tais como hidroponia, agroecologia e



agricultura sintrópica com foco nos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

4. Ampliar os batalhões especializados de polícia ambiental para o combate ao desmatamento e ao tráfico de animais silvestres em todo o Estado;
5. Incentivar ações que promovam o ecoturismo sustentável com respeito às unidades de conservação existentes e a preservação da mata nativa;
6. Fomentar ações que promovam a educação ambiental tanto nas instituições estaduais de ensino como em instituições comunitárias. Tal instrumento é imprescindível para a sustentabilidade, sobretudo das gerações futuras. Para tanto é preciso agir de forma interdisciplinar abrangendo todos os campos de atuação do governo;
7. Realizar concurso para provimento de determinadas funções no âmbito da SUDEMA. Não consta no histórico do Estado a realização de concurso público para a superintendência de desenvolvimento do meio ambiente (SUDEMA). O provimento dos cargos se dá por indicações políticas em detrimento da competência técnica. Uma verdadeira dotação financeira e técnica que garanta a realização de concurso público e a estruturação de PCCR para os/as servidores/as é fundamental para o efetivo funcionamento da SUDEMA na defesa do Meio Ambiente;
8. Ampliação da participação da sociedade civil, de forma paritária, nos conselhos de meio ambiente contemplando todos os segmentos interessados na construção de um meio ambiente saudável, justo, equilibrado e necessário para a garantia da sobrevivência das futuras gerações;
9. Todos os mananciais presentes no estado sofrem com a poluição, assoreamento, desmatamento da mata ciliar. Nosso Governo irá promover a revitalização dos rios paraibanos com replantio da mata ciliar, desassoreamento e educação ambiental junto à população ribeirinha e estudantes da rede estadual.
10. A caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, centro arqueológicos – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores, no Governo do PSOL serão seriamente preservados além de avançarmos na fiscalização e punição aos colocados em risco tão importante bioma;
11. Avançar na democratização da energia tornando a Paraíba referência em energia solar, alternativa viável, limpa e econômica, iniciando pela implantação desse modelo nas escolas e na sequência nos demais órgãos públicos;



12. A Paraíba é rica em minérios e tem se desenvolvido bastante na extração dos mais variados minerais, porém, a forma indiscriminada com que estes vem sendo explorados tem trazido inúmeros passivos ambientais e precariedade na mão de obra. O desenvolvimento econômico sem preservação ambiental é uma ameaça a vida, iremos regulamentar a extração de minérios com normas que obedeçam a legislação ambiental, garantindo rigor na fiscalização e no licenciamento;
13. A política nacional de resíduos sólidos é um importante instrumento no que se refere ao enfrentamento dos problemas causados pela falta de manejo adequado dos resíduos sólidos, é necessário que o Governo do Estado contribua com os municípios no que diz respeito a coleta seletiva de lixo, incentivando à criação de cooperativas para a promoção de reciclagem e reaproveitamento de resíduos. A implantação de programas para compostagem de lixo orgânico e o acompanhamento da elaboração dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos dos municípios paraibanos com vistas à destinação adequada dos rejeitos também será objeto dessa política.
14. Implementar uma política de tributos proporcional ao tamanho do impacto ambiental causado pelas empresas.
15. Construir Plano Emergencial de Obras Públicas e preservação do meio ambiente.

MINERAÇÃO NA PARAÍBA

O estado da Paraíba possui em seu território uma diversidade de recursos minerais localizado no litoral e no semiárido. Os primeiros registros da atividade na região datam da década de 1940, nos pequenos municípios localizados na província de pegmatito Seridó, hoje compreendida no Cariri e Seridó, a qual se intensifica no final do século XX e início do século XXI, com o crescimento da indústria de cerâmica e porcelanato.

No litoral a extração ocorre no município de Mataraca, e no semiárido em alguns municípios que compõe o território do cariri e seridó. Em Mataraca a atividade é totalmente mecanizada e explorada pela indústria Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda, segunda maior produtora mundial de TiO₂, um pigmento branco, brilhante, fabricado a partir do minério de titânio e usado para dar cores a quase todos os materiais. No semiárido a extração ocorre de forma mista, através da mecanização, mas, sobretudo, de forma rudimentar, por meio de técnicas artesanais, em condições de constantes vulnerabilidades, emergindo a figura do homem tatu, expressão que qualifica os trabalhadores da mineração.

A omissão do Poder Público frente ao crescimento desordenado da extração mineral facilitou a operação de lavras irregulares. Como exemplo desse problema, o município de Junco do Seridó, localizado no semiárido da Paraíba, onde a dificuldade de condições climáticas e ausência de políticas de incentivo à geração de renda contribuem para que essa atividade se apresente como importante alternativa econômica de desenvolvimento local, mas que ocorre sem fiscalização ou ordenamento.

A falta de planejamento e a rápida expansão trouxeram sérios danos – em muitos casos irremediáveis – para os moradores, o meio físico e, principalmente, para os garimpeiros e trabalhadores das empresas de lavra. Apesar do longo tempo de exploração dessa atividade, as condições de trabalho ainda são rudimentares e insalubres na região, com alto risco de morte, fruto do não ordenamento da lavra e da falta de equipamentos de proteção. Diante dessa situação, é possível identificar trabalhadores com quadros de doenças ocupacionais em decorrência da exposição a agentes insalubres, como o pó de minério.

Para o PSOL a política de gestão dos recursos minerais terá como referência o conceito de passivo socioambiental, pois esse conceito envolve de forma indissociável as questões sociais e ambientais dessa atividade, através da mediação e regulamentação da atividade de extração mineral pelo poder público, identificando os interlocutores e as relações sociais de produção. Dentre as ações temos como prioridade,



estruturar os procedimentos legais e os órgãos responsáveis pela extração, licenciamento e regulamentação da atividade. Existem contradições que permitem o licenciamento e o funcionamento de empresas de extração que operam sem cumprir os requisitos legais. A legislação se mostra insuficiente – tanto do ponto de vista técnico como dos procedimentos democráticos relativos à participação – para responder as contradições e condicionantes que envolvem a atividade. Os segmentos sociais envolvidos (garimpeiros, trabalhadores, comunidade local e poder público) se mostram frágeis politicamente frente aos interesses econômicos envolvidos na prática extrativista, pondo em risco a reprodução da força de trabalho.

A ausência de fiscalização das instituições responsáveis pela gestão dos recursos naturais e ordenamento dos recursos minerais é uma das grandes fragilidades dessa cadeia produtiva. Nesse sentido, a realização de concursos é uma das propostas do PSOL para as instituições diretamente responsáveis, dentre elas a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba (CDRM) e Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA). Garantir o cumprimento e utilização do Fundo de Desenvolvimento da Produção Mineral (FDPM) é outro compromisso do partido. Tomando por base os poucos dados disponíveis, pode-se constatar que os órgãos ambientais responsáveis pela gestão, licenciamento e fiscalização não dispõem de estrutura e nem de profissionais qualificados na gestão dos recursos naturais.

Embora não tenhamos dados oficiais que declarem o percentual de extração mineral na Paraíba, sabemos que a produção e o aproveitamento caminham na contramão. A base de dados de diagnósticos disponíveis sobre o setor indica que a pouca importância atribuída à pesquisa geológica e ao conhecimento da jazida contribui para dar à mineração a imagem de atividade tecnologicamente pobre e poluidora. Estudos aprofundados a respeito dos aspectos geológicos, bem como o uso da tecnologia, podem garantir maior aproveitamento econômico.

Frente à degradação das relações sociais de produção e do meio físico, causada pela mineração, o PSOL propõe a identificar e elaborar instrumentos de gestão capazes de reconhecer a multiplicidade dos interesses envolvidos e gerar processos pactuados de regulamentação da atividade, de forma a minimizar o passivo socioambiental da extração mineral. Considerando ainda que o modo como os diferentes interlocutores percebem determinado problema ambiental, ou mesmo aceitam sua existência, não é meramente fruto de uma resposta racional, mas está mediado por interesses econômicos, políticos, visões sociais de mundo num determinado contexto social, político, espacial e temporal, que prevaleça a construção de um ativo socioambiental.



XIII. GESTÃO DA ÁGUA: SANEAMENTO E AGRICULTURA

Pensar a estruturação da Política de Acesso à Água na Paraíba não é algo simples, mas evitar o imediatismo, conhecido de todos/as, que provoca dependência política e diversas mazelas relacionadas a saúde - em seu conceito mais amplo - é o passo inicial. Essa política tem relação direta com o desenvolvimento agrário e pecuário, com as atividades da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) e com as necessidades do Semiárido Paraibano no convívio com a estiagem; mesmo cientes das especificidades de cada um desses elementos optamos por apresentar, em um mesmo tópico, diversas alternativas para Paraíba.

O investimento na CAGEPA, em uma perspectiva menos empresarial e mais para Política Pública de Acesso à Água, permitirá não visualizá-la como deficitária ou como um peso para o orçamento público. É fundamental ampliar o investimento na CAGEPA, sua modernização e a melhoria das condições de trabalho (hoje o sindicato denuncia a falta de material de expediente e de segurança e o excesso na jornada de trabalho). Reduzir o custo da água para o consumo humano é outra medida imediata (33,29% mais cara nos três últimos anos de governo) que deve ser implementada, desonerando as contas de pessoas físicas e reestruturando a despesa do empresariado.

A terceirização também chegou na CAGEPA e precisa ser expulsa, a qualidade e a otimização dos recursos públicos precisam ser garantidos; a diversidade de empresas para pequenas e diversas atividades no mesmo serviço só prejudica o andamento dos serviços, como denunciaram os/as servidores/as na última greve; garantiremos o acesso a água tratada para os 23,38% (IBGE, 2012) da população da Paraíba que tem esse direito negado. A agricultura familiar é a mais atingida com a escassa assistência técnica e falta de planejamento de uma política agrícola para Paraíba.

Em nosso Governo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (SEDAP) não ficará fora do processo de modernização do Estado, é fundamental que a Secretaria passe a ter um quadro próprio que atenda a demanda da Paraíba, realizaremos o concurso público para SEDAP já com o número de vagas suficientes para ocupar os cargos que criaremos junto com a implementação da Agência de Defesa Agropecuária e a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA).

Assumimos o compromisso de assentar todos/as os/as agricultores/as deslocados/as de suas terras para a construção de barragens na Paraíba, possibilitando a estes o acesso a terra para que possam dela tirar seu sustento e contribuir para o desenvolvimento da economia paraibana.



Sempre que nosso Governo for planejar ou executar qualquer Política Pública, irá levar em conta as famílias assentadas da Reforma Agrária na Paraíba. Ao debater a agricultura nosso foco prioritário será sempre o/a pequeno/a produtor/a.

Na compreensão do PSOL, o fortalecimento da agricultura familiar é muito mais do que uma política social, faz parte de uma nova visão de desenvolvimento do estado que tira o foco dos grandes produtores, passando a priorizar a integração e a constituição de cooperativas dos pequenos produtores como indutores do desenvolvimento local e regional. Neste sentido, o governo do PSOL adotará ações visando o fortalecimento de órgãos como a EMATER, INTERPA e EMEPA que serão responsáveis pela pesquisa e assistência técnica, passando a ter um papel de grande importância nessa nova realidade que criaremos no Estado da Paraíba. Por fim, além de assumir a assistência técnica para as cooperativas de pequenos/as produtores/as, nosso Governo também se responsabilizará pela qualificação destes para a gestão administrativa dos empreendimentos, bem como fará aporte financeiro para a constituição destas cooperativas.

O SEMIÁRIDO COMO PRIORITÁRIO

O Semiárido brasileiro é formado por 1.262 municípios, uma área que cabe a França e Alemanha reunidas, um total de vinte e dois milhões e meio de habitantes; na Paraíba são 196 cidades, mais da metade da população, ultrapassando a marca de dois milhões e duzentos mil habitantes. Nesse sentido, por mais que a Política de acesso à Água seja formulada para toda Paraíba, medida que o PSOL tomará no Governo da Paraíba, é preciso considerar o abandono que sofre o Semiárido Paraibano e a necessidade de priorizar essa região que sofre com o período de estiagem por falta de uma política estruturada.

O longo período de estiagem é uma característica natural do Semiárido¹, mas a “seca” é uma postura política dos que priorizam as medidas emergências de caminhão- pipa, crédito emergencial (que na maioria das vezes apenas endivida o pequeno agricultor) e distribuição de cestas básicas; medidas antieconômicas e que não possibilitam uma convivência digna da população com esse período de estiagem. Para o DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA existir será necessário inverter essa lógica, as medidas emergenciais serão executadas em paralelo a implementação de tecnologias já existentes, a exemplo da Cisterna de Placa, Cisterna Calçada, Barragem Subterrânea e outras medidas que podem garantir o armazenamento da água para uso humana, animal e para irrigação. Com o apoio da ciência e da tecnologia é possível

¹ Caracterizado pela quantidade de chuva (Mais que 300mm e menos que 800mm), aridez (entre 0,2 e 0,5) e seca (60% de período de seca em 10 anos).



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL - 2022
DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA
GOVERNADORA: ADJANY SIMPLICIO - 50
CO-GOVERNADOR (Vice): JARDEL QUEIROZ

constatar que os problemas provocados pela falta de água não são decorrentes unicamente de uma indisponibilidade física da água, mas da arcaica forma ainda existente para determinados grupos políticos se perpetuarem no poder.

A participação da população do Semiárido nas diversas instâncias do Congresso do Povo será decisiva para inverter essa lógica, pensando a agricultura familiar e a Política de Acesso à Água em consideração a dívida histórica que o país tem com essa importante região, priorizando a formulação e implementação de políticas, nas mais diversas áreas, para o Semiárido. Nosso Governo não seguirá a política de culpabilizar o céu e dizer que essa é uma questão natural, estruturaremos soluções duradouras e efetivas para (e com) o povo que vive e produz nessa região.

A convivência com os períodos de estiagem e a transformação do semiárido na busca da qualidade de vida para população é possível. As propostas já apresentadas devem servir de base inicial para elaboração do Pacto pelo Semiárido e pelo Acesso à Água, tarefa que deve ser abraçada por toda população e as mais diferentes esferas do Governo. Assim será possível garantir dignidade para todo povo da Paraíba sem distinção regional ou aparelhamento político.

CAGEPA E POLÍTICA DE SANEAMENTO

Outro grande desafio para o DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA está em impedir a privatização das nossas águas e democratizar o máximo possível o acesso a esse bem que é um direito humano e que, de forma alguma, pode servir aos interesses do mercado e do lucro sobre a população. Defender as águas é defender a vida do povo paraibano.

1. Modernização administrativa da CAGEPA com gestão participativa e transparente de trabalhadores e usuários;
2. Realização de concurso público e valorização dos/as funcionários/as com aperfeiçoamento continuado, condições de trabalho adequadas e salários dignos às/aos trabalhadoras/es que constroem a CAGEPA em seu cotidiano;
3. Auditoria e execução/cobrança da dívida dos principais devedores;
4. Ampliação da tarifa social para todas as famílias inscritas no CadÚnico;
5. Readequação do modelo tarifário para promover o consumo sustentável com o fim da franquia mínima obrigatória de 10m³;
6. Plano com metas anuais de ampliação de acesso com o objetivo da universalização dos serviços prestados em todo o Estado conforme Plano Nacional de Saneamento Básico e fixação de percentual mínimo da receita em investimentos em saneamento;
7. Regularização dos convênios entre a CAGEPA e os municípios visando segurança institucional para aplicação de investimentos;
8. Convênio da Cagepa com UFPB, UFCG E UEPB para promover desenvolvimento tecnológico visando a eficiência nos tratamentos de água e esgotos, energética e redução do índice de vazamentos na distribuição;
9. Atenção ao eixo leste da Transposição do Rio São Francisco chegando a Paraíba por Monteiro, única cidade onde o canal da transposição passa pela zona urbana. Além do não acesso a água por parte da população rural, é preciso solucionar a questão da não construção do sistema de esgotamento sanitário por parte do município, fator que compromete a qualidade da água servida e que, acumulando com dejetos e a própria poluição das águas do Rio Paraíba, é um motivo de preocupação quanto a saúde da população;
10. Democratizar as águas decorrentes da Transposição do Rio São Francisco para as pequenas cidades do Cariri;
11. Cuidado dos rios da Grande João Pessoa. O desmatamento das margens promovido pela indústria açucareira, a ocupação inadequada feita por construtoras e a poluição doméstica e industrial, têm tornado os nossos rios e nascentes quase que



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL - 2022
DIREITO AO FUTURO NA PARAÍBA
GOVERNADORA: ADJANY SIMPLICIO - 50
CO-GOVERNADOR (Vice): JARDEL QUEIROZ

valas a céu aberto, causando prejuízo ambiental, social, econômico e cultural para toda a grande João Pessoa e para a maior parte das cidades litorâneas;

12. Construir Programa de reaproveitamento de água nos prédios públicos;
13. Desprivatizar as águas da Paraíba, atualmente apenas 06% da água chega ao cidadão, por outro lado, 24% dela é dedicada ao agronegócio e 70% para indústria.

AGRICULTURA

A agricultura familiar no nosso Estado é responsável pela produção de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos Paraibanos e pela geração de 22% da mão de obra do setor rural, segundo a FETRAF². Portanto, nós do PSOL temos clareza da importância da agricultura familiar ser assumida como um segmento da economia Paraibana potencial inclusive para o combate dos indicadores sociais da fome no Estado que, segundo o IPEA, é de 600.000 pessoas abaixo do nível de pobreza.

São inúmeras famílias de camponeses que se libertaram do uso de agrotóxicos e que propiciam aos consumidores acesso a alimentos livres de venenos e adubos químicos, e que vem comercializando seus produtos em feiras agroecológicas existentes do litoral ao Sertão. Precisamos avançar aliadas/os das políticas de comercialização junto Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em vários municípios. Para isso acontecer é necessário ênfase nos seguintes aspectos que julgamos extremamente necessários para o fortalecimento da Agricultura familiar com raízes agroecológicas em nosso Estado:

1. Desenvolver ações que fortaleçam o processo de convivência sustentável na região semiárida a exemplo de tecnologias como:
(a) construção de cisternas de placas e barragens subterrâneas;
(b) criação de pequenos, médios e grandes animais e (c) cultivos de plantas tolerantes a seca, para alimentação animal e também como forma de (d) recuperação da vegetação nativa.
2. Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas através da produção saudável de alimentos, com sementes adaptadas a região.
3. Investir em Pesquisa a serviço das dinâmicas da Agricultura Familiar e na agropecuária, desenvolvida pela EMPAER, que de fato, esteja comprometida com agricultura familiar camponesa de base agroecológica. Realizando um processo de pesquisa participativo, através das organizações dos/as agricultores/as, valorizando o conhecimento das famílias camponesas e fortalecendo suas experiências baseadas na agroecologia, ajudando outras/os agricultores e agricultoras a se libertarem do uso de agrotóxico.
4. Construir ações que combatam o modelo de desenvolvimento associado a o uso intenso de agroquímicos (AGROTÓXICOS) que causa danos irreparáveis ao meio ambiente, às famílias camponesas vítimas desse modelo, à população que consome veneno na alimentação, comprometendo a saúde do nosso povo.



5. Garantir processos de formação e capacitação de técnicos e pesquisadores, no sentido de fortalecer os processos agroecológicos existentes e de, trabalharem processos de transição agroecológica junto a agricultores familiares que ainda se encontram no modelo convencional.
6. Realização urgente de concurso público e contratação de pessoal na EMPAER para atender as necessidades básicas dos camponeses com uma pesquisa de elevada qualidade pública.
7. Que se possa garantir nas grades curriculares dos cursos técnicos a temática da Agroecologia, entendendo os grandes impactos ambientais e sociais negativos, causados pela agricultura convencional com o uso de agroquímicos.
8. Quanto à comercialização é importante sanar a dificuldade de acesso a uma política justa de comercialização que fortaleça o processo de organização da produção agropecuária. Por isso é imprescindível que o Estado desenvolva ações no sentido de ampliar o número de feiras e fomenta as compras da produção dos agricultores e agricultoras através do PNAE e PAA, priorizando os produtos agroecológicos para serem consumidos pelas escolas, creches, presídios, quartéis, hospitais, etc.
9. Promover isenção de impostos nos emplacamentos de veículos utilitários, de propriedade de Agricultores Familiares, que se destinem ao transporte de produtos agrícolas e de origem animal, desde que o mesmo disponha de DAP (declaração de aptidão ao PRONAF).
10. Realizar a isenção de impostos (ICMS) para os produtos da Agricultura Familiar, ao comercializarem, seja diretamente aos consumidores ou a pequenos comércios, desde que o mesmo possua DAP (declaração de aptidão ao PRONAF).
11. Fortalecer as experiências dos bancos de sementes desenvolvidas pelos povos tradicionais e originários e organizações da agricultura familiar, e estruturar políticas públicas de distribuição de sementes com base nessas experiências.
12. Estimular a produção e uso de sementes de algodão agroecológico, como forma de revitalizar a produção no estado.
13. Contribuir para ampliar a produção de hortaliças, reduzindo importações de outros estados;
14. Realizar auditoria nos grandes Projeto de Irrigação da Paraíba e desenvolver de pequenos projeto de irrigação voltados para agricultura familiar.
15. Valorizar o potencial do estado para o cultivo de plantas medicinais e apicultura.